

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE N° , DE 2007 (DO SR. ABELARDO LUPION - DEMOCRATAS/PR)

Propõe que a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural – CAPADR, fiscalize o Ministério da Fazenda, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, a Agência Nacional de Aguas – ANA, bem como as empresas do setor privado fornecedoras de insumos e defensivos, para avaliar os custos de produção para o setor agropecuário e elevação de preços dos produtos utilizados na produção agropecuária, inclusive combustíveis e afins, energia elétrica e taxas de juros incidentes sobre financiamentos rurais, todos que serão utilizados na implantação da safra 2007/2008.

Senhor Presidente,

Com base no art. 100, § 1º, combinado com os arts. 60 e 61 do RICD, requeiro, que se adote as medidas cabíveis para instalação de Proposta de Fiscalização e Controle para acompanhar e fiscalizar o Ministério da Fazenda, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, a Agência Nacional de Aguas – ANA, bem como as empresas do setor privado fornecedoras de insumos e defensivos, para avaliar os custos de produção para o setor agropecuário e elevação de preços dos produtos utilizados na produção agropecuária, inclusive combustíveis e afins, energia elétrica e taxas de juros incidentes sobre financiamentos rurais, todos que serão utilizados na implantação da safra 2007/2008.

Para realização dos trabalhos, a proposta de fiscalização e controle, deverá contar com a colaboração dos diversos órgãos do Governo Federal citados e dos agentes econômicos fornecedores de insumos, defensivos, combustíveis e afins, energia elétrica além entes públicos responsáveis pela fixação de taxas de juros sobre financiamentos rurais e taxas administrativas incidentes sobre atividades do setor agropecuário, que compõem o custo de produção do mesmo, bem como das entidades de classe a ele vinculados, para que, com o conjunto de informações obtidas, possamos propor soluções e alternativas para que o setor agropecuário continue competitivo, sem contudo, comprometer a rentabilidade do seu principal agente, o produtor rural.

JUSTIFICAÇÃO

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Parlamentares, os recentes anúncios da colheita de uma super-safra neste ano de 2007, ao contrário do que vem sendo noticiado pelos meio de comunicação, não significará melhoria de ganhos para o produtor rural, tendo em vista os seguintes fatos:

a)- Os recursos oferecidos pelo Sistema Nacional de Crédito Rural – SNCR representa pouco mais de 30% da necessidade de recursos para o custeio da safra, e apenas parte destes recursos são com juros controlados (aproximadamente 25%);

b)- Grande parte dos recursos complementares que são necessários ao custeio da atividade agrícola, são obtidos através da venda antecipada da safra (CPR e outros instrumentos), adiantamentos para aquisição de insumos e outros mecanismos, comprometendo grande parte da produção obtida pelos produtores rurais;

c)- Associado a isso, temos ainda, com a valorização cambial, os custos de produção durante o custeio da atividade, vinculado ao dólar americano cotado entre R\$ 2,15 e 2,20 na segunda metade do ano de 2006 e, durante a colheita, período em que os produtos agrícolas são comercializados, a valorização do real faz a cotação do dólar ficar em patamares próximos de R\$ 2,00 afetando, uma vez mais, a renda recebida pelo produtor rural.

Com isso, pode se verificar que a super-safra não representará maior renda para o nosso produtor, mas os seu anúncio já tem trazido consequências danosas para o setor, com o aumento nos preços dos insumos e defensivos, injustificado, quando grande parte destes insumos são importados e a redução na cotação do dólar deveria também produzir resultados positivos em relação aos custos de produção, fato que não tem se verificado ao longo dos anos, justificando a necessidade urgente de se adotar medidas de fiscalização e controle por esta Comissão.

Sala da Comissão, em

de abril de 2007.

Deputado Abelardo Lupion
PFL/PR